

SINDICATO DOS  
TRABALHADORES NO  
SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

**SINDXEF-SP** FILIADO À **CSP**  
Condições

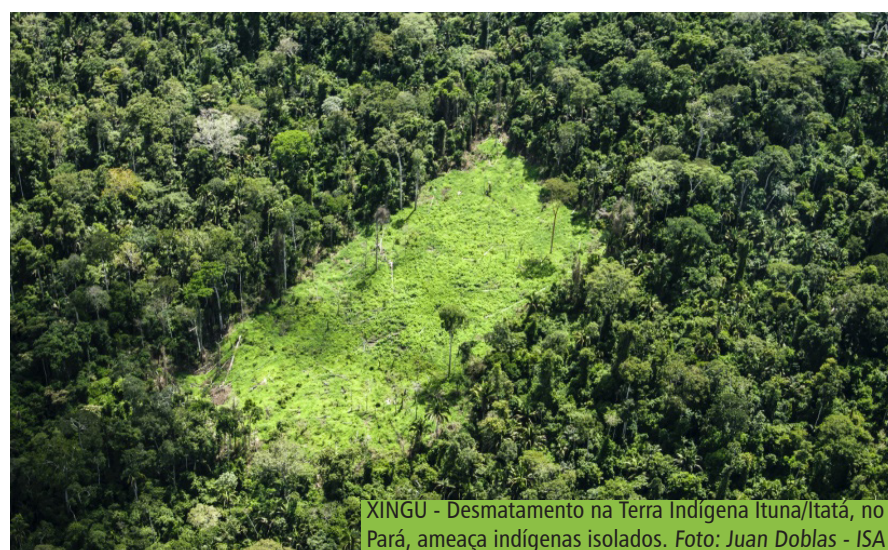
# MEIO AMBIENTE EM RISCO

## É preciso barrar a destruição do Meio Ambiente no Governo Bolsonaro!

Uma das principais marcas do Governo Bolsonaro tem sido a política anti-ambiental. Isso já era esperado diante dos discursos de Jair Bolsonaro (PSL) durante a campanha, com críticas à atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), considerada por ele “xii-ta”, e, também, garantindo que em seu governo não haverá nem um centímetro a mais para terra indígena.

Antes mesmo da posse, Bolsonaro sugeriu que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) fosse engolido pelo da Agricultura. Voltou atrás da decisão depois da forte repercussão negativa. Porém, desde o início do mandato, passou a aprofundar o desmonte interno da pasta e dos órgãos que atuam em defesa da proteção da natureza brasileira e dos direitos dos indígenas, quilombolas e camponeses.

**CORRAM!!!**



XINGU - Desmatamento na Terra Indígena Ituna/Itatá, no Pará, ameaça indígenas isolados. Foto: Juan Doblas - ISA

A Medida Provisória nº 870, de 2019, publicada no dia 1ª de janeiro, alterou estruturas de muitos órgãos de governo. O MMA foi um dos mais atingidos. As agendas de clima, educação ambiental, recursos hídricos, florestas e extrativismo foram extintas ou distribuídas para ministérios como da Agricultura (MAPA) e do Desenvolvimento Regional.

As mudanças previstas na MP se somam à uma série de medidas que estão minando o ministério, diminuindo sua capacidade de atuação, desfazendo conquistas importantes e gerando uma onda de perseguições, demissões e mordidas aos servidores públicos. As alterações nas políticas e ações ambientais estão sendo enfiadas goela abaixo, via decretos e medidas provisórias, sem debates públicos ou mesmo

no parlamento federal. Todas têm alto impacto no presente e futuro do país.

A educação ambiental, por exemplo, é considerada pré-requisito para que áreas de preservação sejam exploradas pelo setor de turismo de forma equilibrada. Assim, interesses econômicos de curto prazo estariam

regulados por interesses ambientais de longo prazo. Transferida do MMA para o MAPA, a lógica pode ser invertida.

Já o Serviço Florestal Brasileiro, chefiado por um ruralista na pasta de Agricultura, corre o risco ficar orientado pelas prioridades da produção agrícola, reduzindo as pesquisas sobre espécies nativas, assim, afastando-se da missão de promover a ampliação e preservação das florestas públicas.

Enquanto isso, de acordo com dados do Instituto Socioambiental (Isa), nos dois primeiros meses de 2019 a destruição da vegetação nativa na bacia do Xingu atingiu 8.500 hectares de floresta, o equivalente a 10 milhões de árvores e superou em 54% o desmatamento no mesmo período em 2018.

### CONFIRA ALGUMAS AÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO ANTI-AMBIENTAL:

- 1 - Esvaziamento do MMA
- 2 - Imprecisões nas competências para o Licenciamento Ambiental
- 3 - Enfraquecimento e perda de autonomia do Ibama e ICMBio
- 4 - Enfraquecimento das políticas e estruturas indigenistas
- 5 - Liberação acelerada de agrotóxicos e esvaziamento de políticas de segurança alimentar e nutricional
- 6 - Minuta de Decreto que prevê a criação de núcleo de conciliação não integrante do Ibama
- 7 - Minuta de Decreto que altera as regras sobre conversão de multas
- 8 - Proposta do Ministro do MMA para converter multas ambientais da Vale
- 9 - Desmonte do CONAMA e de outros órgãos colegiados vinculados ao MMA
- 10 - Minuta de Decreto da SEAF/MAPA que prevê mudança nas regras para demarcação de terras indígenas
- 11 - Liberação de terras indígenas para a mineração
- 12 - Projeto de lei que isenta de punição o produtor que atira contra invasores de terras



## Desmonte do MMA e exonerações de servidores



O descomprometimento de Bolsonaro com a causa ambiental se concretizou com a nomeação de Ricardo Salles para o comando do Ministério do Meio Ambiente. O ministro é condenado em primeira instância por fraude na elaboração de plano de manejo em uma Área de Proteção Ambiental (APA) em favor de empresas mineradoras.

Um dos primeiros atos do defensor das mineradoras, após a nomeação, foi questionar gastos do Ibama com aluguel e combustível de veículos usados na fiscalização ambiental.

Na sequência, no final de fevereiro, exonerou 21 dos 27 superintendentes regionais do órgão. A maioria atuava no Norte e Nordeste. Entre eles, estão servidores que alertaram e denunciaram crimes ambientais.

As exonerações também chegaram ao ICMBio. Destaca-se o caso do ex-presidente Adalberto Eberhard, que pediu demissão após Ricardo Salles ameaçar servidores do órgão de processo administrativo, por não participarem de evento realizado no dia 13 de abril, na região do Parque Nacional da Lagoa do

Peixe, no sul do Rio Grande do Sul. Em 24 de abril, toda a diretoria do órgão foi renovada, com a nomeação de quatro militares da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para ocupar sua alta cúpula.

No dia 29 de abril, na abertura da 26ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow) - tradicional feira do agronegócio em Ribeirão Preto (SP) - o presidente Jair Bolsonaro afirmou que, uma das medidas adotadas para o Meio Ambiente, é "fazer a limpa" no Ibama e no ICMBio.

## Militares e ruralistas no comando

O Ministério do Meio Ambiente passou por um processo de militarização. A Secretaria da Biodiversidade, uma das maiores do Ministério, ficou no comando do brigadeiro Eduardo Serra Negra Camerini, que nomeou pelo menos 13 oficiais para cargos importantes da pasta. Além disso, o ruralista Valdir Colatto comanda o Serviço Florestal Brasileiro (transferido do MMA para o MAPA).

Apesar de ter um ministro civil, o comando do ministério - assim como de todas questões que envolvem o meio ambiente brasileiro, na prática, está sob tutela de militares. O quadro se repete em outras áreas do governo: em março, os oficiais já ocupavam 130 cargos de confiança, de acordo com levantamento do Estadão. Já os ministros militares ou ligados às Forças Armadas são 8 no total de 22 ministérios.

## Favorecimento do agronegócio:

### Mais veneno na mesa do povo e pena de morte para quem luta

Demanda do agronegócio, somente nos três primeiros meses do mandato de Bolsonaro, foram autorizados para uso 152 novos agrotóxicos - um recorde se comparado aos últimos dez anos, considerando o mesmo período. Destas substâncias, 44% são classificadas como altamente ou extremamente tóxicas, e ao menos quatro produtos são tão nocivos à saúde humana que foram banidos em diversos países. Há ainda 322 novos pedidos de registro acatados e que podem seguir pelo mesmo caminho.

Discursando na Agrishow, no final de abril, Jair Bolsonaro afirmou que o agronegócio esteve na pauta de discussão entre ele e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, um dia antes do evento. Um dos assuntos

discutidos foi o envio de um projeto para que a posse de arma de fogo para o produtor rural "seja utilizada em todo o perímetro da sua propriedade". Na prática, trata-se da licença para o latifundiário matar.

"[Discutimos] também um projeto nosso [do governo], que será encaminhado à Câmara, que vai dar o que falar, mas uma maneira que nós temos de combater a violência no campo, é fazer com que, ao defender a sua propriedade privada ou sua vida, o cidadão do bem entre no excludente de licitude, ou seja, ele responde, mas não tem punição", declarou o presidente.

O projeto é mais um, junto ao pacote Anti-crime (melhor denominado Anti-pobre) de Moro, elaborado para criminalizar movimentos e or-

ganizações sociais, sem-terra, indígenas, quilombolas, ambientalistas e defensores de direitos humanos. Esse tipo de proposta legítima o discurso de ódio de Bolsonaro que fomenta o aumento da violência.

Neste contexto, de acordo com o relatório anual Conflitos no Campo Brasil 2018, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de conflitos no campo registrados cresceu 4% em 2018, chegando a 1.489. Quase metade dos conflitos (49%) ocorreu na Amazônia. Além disso, o registro de pessoas torturadas se multiplicou: de 6 casos para 27 anos passado.

Ainda com base nos dados apurados pelo CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, o número de as-



sassinatos caiu significativamente - de 71, em 2017, para 28, em 2018. Das 28 mortes, 15 foram de lideranças - rurais, quilombolas ou indígenas. Porém, a entidade analisa que anos eleitorais tendem a ter uma diminuição nesse tipo de violência. 2019 já aponta o retorno do aumento dos assassinatos por conflitos no campo. A CPT lembra que o número provavelmente é maior - estes são apenas os casos registrados.



## Ataque aos povos indígenas e desmatamento da Amazônia



O governo adotou medidas e fez promessas que colocam em risco a Amazônia e poderão fomentar ainda mais o desmatamento e a violência na região.

Nessa linha, Bolsonaro iniciou um ataque sem precedentes aos povos indígenas: enfraqueceu a Fundação Nacional do Índio; transferiu para o Ministério da Agricultura a responsabilidade pela demarcação de terras; declarou que vai rever todas as demarcações que puder; e prometeu abrir terras indígenas para exploração agropecuária e mineração. Segundo dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), tais sinalizações já foram

suficientes para estimular mais invasões e violência no campo.

O desejo de entregar a Amazônia ficou evidente durante missões governamentais internacionais, em falas de ministros e do próprio presidente que, em conversa com Donald Trump, propôs a abertura da exploração da região em parceria com os Estados Unidos. Além de ilegais, tais atos também afrontam a soberania nacional, uma vez que áreas protegidas e terras indígenas, que hoje pertencem à União, poderiam ir parar nas mãos de empresas estrangeiras.

### ACAMPAMENTO TERRA LIVRE: "Resistimos há 519 anos e continuaremos resistindo"

Mais de 4 mil lideranças de povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, representantes de 305 povos, realizaram a maior mobilização em defesa de seus direitos, no período de 24 a 26 de abril de 2019, durante o XV Acampamento Terra Livre (ATL).

No documento final do encontro, consta o repúdio aos propósitos governamentais de exterminar os povos indígenas, como fizeram com os ancestrais no período da invasão colonial, durante a Ditadura Militar e, em tempos mais recentes, para que renunciem ao que consideram um direito: "o direito originário às terras, aos territórios e bens naturais que preservamos há milhares de anos e que constituem o alicerce da nossa existência, da nossa identidade e dos nossos modos de vida".

Vale lembrar que, segundo relatório da Comissão da Verdade, du-

rante o período em que os militares estiveram no controle do Brasil, ao menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres, esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças infecto-contagiosas, prisões, torturas e maus tratos. Muitos sofreram tentativas de extermínio. Agora, os militares ocupam órgãos do Meio Ambiente e até mesma a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Durante o acampamento, as lideranças tiveram reuniões com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, a principal pauta era a MP 870. Elas cobraram mudanças para retirar as competências de demarcação das terras indígenas e de licenciamento ambiental do Mapa e devolvê-las ao Ministério da Justiça (MJ) e à Funai.

Entre as principais reivindicações dos ATL estão a demarcação



Ato do Acampamento Terra Livre. Foto: MST

de todas as terras indígenas (baseada na Constituição e no Decreto 1775/96); manutenção do Subsistema de Saúde Indígena do SUS; efetivação da política de educação escolar indígena diferenciada e com qualidade; implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e outros programas sociais;

restituição e funcionamento regular do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); fim da violência, da criminalização e discriminação; arquivamento de todas as iniciativas legislativas anti-indígenas, tais como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00 e os Projetos de Lei (PL) 1610/96, PL 6818/13 e PL 490/17.





# Em defesa do meio ambiente, da reforma agrária e da demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas

Como rumo que as políticas ambientais brasileiras vêm sendo conduzidas, voltadas para os lucros imediatos, segue na contramão de todos os debates sobre a preservação do meio ambiente necessária à sobrevivência da espécie humana.

Essa mesma lógica de submissão ao Capital tem provocado a devastação das florestas, o aumento da temperatura do planeta, a contaminação do solo, do ar e da água, e o esgotamento dos recursos naturais.

Medidas como o enfraquecimento da fiscalização, licença para mineração em terras indígenas e liberação do uso de agrotóxicos proibidos em vários países; tudo em favorecimento da expansão da mineração e das monoculturas de soja, cana de açúcar, eucaliptos etc.; trarão consequências irreversíveis para o país, além de um prejuízo econômico incalculável à longo prazo.

Com todo apoio por parte do governo, o agronegócio se expande do Cerrado para a Amazônia realizando a destruição da floresta em proporções gigantescas. Por outro lado, consumidores do mundo inteiro tendem a rejeitar produtos manchados com a destruição ambiental. Recentemente, o governo francês anunciou que irá bloquear a importação



Jornada do "Abril Vermelho" reuniu milhares de sem-terra no nordeste. Foto: Lara Tapety/CPT-AL

de produtos agropecuários e florestais que contribuam com o desmatamento da Amazônia. Deste modo, o veneno do agronegócio deve prevalecer na mesa dos brasileiros. São 7 litros de agrotóxicos consumidos por ano por cada cidadão e mais de 70 mil intoxicações agudas e crônicas em igual período.

As mudanças impostas pelo Governo Bolsonaro representam ataques que ferem a Constituição Federal, acordos nacionais e internacionais, como para manutenção do clima e conservação da biodiversidade.

A Carta Magna Federal posiciona o meio ambiente como "bem de uso comum do povo" e exige a observação da função social da propriedade privada. É neste sentido que os po-

vos indígenas, quilombolas e os camponeses lutam pela terra: para produzir alimento de forma sustentável para própria subsistência e de toda a população brasileira.

O Brasil ainda é dos que mais atende a compromissos da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (CDB), em vigor há quase três décadas. Essa marca é mantida pelo alto número de Parques Nacionais e Unidades de Conservação, pela legislação reguladora do acesso a recursos genéticos e o uso de florestas, identificação e defesa de espécies ameaçadas, vigilância continuada do desmatamento com satélites, pela partilha da agenda ambiental entre órgãos de governo, entre outras ações. Tudo isso está ameaçado pelo Governo Bolsonaro.

Em tuíte publicado em março, após visitar a Floresta Nacional de Capão Bonito (SP), o ministro Ricardo Salles afirmou que "vamos conceder/arrendar tudo que for possível". A publicação está em consonância com o edital para concessões de serviços nos parques nacionais dos Aparados da Serra e da Serra Geral, bem como nas florestas nacionais de Canela e de São Francisco de Paula, na serra gaúcha.

O objetivo do governo é focar a política ambiental nas cidades e

deixar a área rural livre. Foi nesta perspectiva que, no dia 13 de abril, o presidente do país desautorizou a fiscalização do Ibama de combate ao desmatamento dentro da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. A Unidade de Conservação está entre as 10 mais desmatadas em março, segundo dados do Imazon. Fica cada vez mais clara a política de vista grossa aos crimes ambientais em favorecimento do lucro daqueles que sustentam o governo.

Hoje, no Brasil, menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país e concentram 43% do crédito agrícola fornecido pelo Estado. Esses latifundiários desmatam, perseguem, matam e praticam a grilagem das terras de pequenos trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas.

Os servidores dos órgãos ambientais, na Funai e no Incri já sentiram na pele que o ataque do Governo Bolsonaro ao meio ambiente, aos povos tradicionais e os camponeses é um ataque contra todos trabalhadoras e trabalhadoras brasileiras. A luta para barrar o avanço do latifúndio e do agronegócio, em defesa da demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas e pela reforma agrária é urgente e necessária.



Mulher indígena durante protesto em Brasília  
Foto: José Cruz/Agência Brasil